



## **COMISSÃO DE REDAÇÃO**

### **Redação Final ao Projeto Lei nº 403/11**

Dispõe sobre os incentivos à implantação de sistemas de produção agroecológica e orgânica pelos agricultores familiares no Estado do Paraná.

**Art. 1º** Esta Lei dispõe sobre os incentivos à implantação de sistemas de produção agroecológica e orgânica pelos agricultores familiares no Estado do Paraná.

**§ 1º** Considera-se agricultor familiar aquele que pratica atividades no meio rural e utiliza, predominantemente, mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas, observados, simultaneamente, os requisitos fixados na Lei federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

**§ 2º** Para atender ao disposto no parágrafo anterior, considerar-se-ão todas as formas de posse da propriedade, mesmo aquelas em caráter precário, inclusive as detidas por arrendatários, posseiros, meeiros, parceiros e assentados rurais.

**Art. 2º** Considera-se sistema de produção agroecológica a proposta de agricultura que seja socialmente justa, economicamente viável, ecologicamente sustentável e que englobe formas de produção orgânica, biodinâmica ou outros estilos de base ecológica estabelecidos na Lei federal nº 10.831/2003.

**Art. 3º** O Governo do Estado definirá políticas de incentivo à adoção de sistemas de produção agroecológica pelos agricultores familiares do Paraná, através dos seguintes instrumentos:



I - prestação de assistência técnica e extensão rural pública;

II - pesquisa agroecológica e sistematização de experiência dos saberes tradicionais;

III - comercialização de produtos agroecológicos, por meio do fortalecimento de mercado de venda direta com apoio às Feiras Agroecológicas, fortalecimento de vendas indiretas e mercados institucionais promovidos pelas políticas públicas;

IV - consumo de produtos agroecológicos pelos beneficiários de programas sociais e de alimentação escolar;

V - apoio a feiras agroecológicas;

VI – apoio à criação de mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica como a certificação, os sistemas participativos de garantia e o controle social para a venda direta sem certificação, observado, no que couber, o disposto no Decreto Federal nº 6.323/2007;

VII - apoio às organizações de controle social e às entidades que atuem com avaliação da conformidade ou formas participativas de avaliação de produtos agroecológicos no Estado;

VIII - definição de linhas de crédito rural;

IX - apoio à organização de agricultores e consumidores de produtos agroecológicos;

X - ações voltadas à educação para o consumo responsável, incluindo visitas de consumidores aos locais de produção;

XI - promoção de eventos sobre agroecologia;

XII - adequação da legislação referente ao ICMS Ecológico;

XIII - introdução de temas relativos à agroecologia no ensino de nível fundamental, médio e superior.

§ 1º A entidade pública oficial responsável pela assistência técnica e extensão rural no Estado priorizará o atendimento aos agricultores familiares.

§ 2º As entidades oficiais de pesquisa agropecuária que atuam com o tema agroecológico devem receber apoio dos diversos fundos públicos.

Art. 4º Considera-se Feira de Produtos Agroecológicos o espaço permanente destinado à reunião do conjunto dos consumidores e de agricultores familiares, que comercializem produtos de origem agroecológica por meio de mecanismos de controle para garantia da qualidade orgânica, quer seja certificação auditada, participativa ou por controle social, em local predeterminado, com publicidade e com estrutura física dotada de identidade visual específica.

Art. 5º Os sistemas de produção agroecológica serão construídos com apoio de uma rede de gestão compartilhada da qual participem órgãos públicos e entidades que atuem com agroecologia ou que possam contribuir com pesquisas ou outras experiências para a consolidação do sistema.

Parágrafo único. Serão criados mecanismos que permitam o concurso integrado dos órgãos e entidades de que trata o *caput* deste artigo, em especial as universidades estaduais, os institutos de pesquisa e entidades do terceiro setor.

Art. 6º A adesão das prefeituras municipais ao sistema de que trata esta Lei será articulada pelos órgãos competentes do governo estadual a fim de que a produção agroecológica dos municípios seja incentivada e aproveitada.





# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

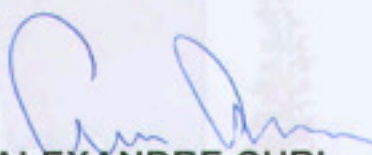
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

**Art. 7º** A implantação de sistemas de produção agroecológica, nos moldes preconizados nesta Lei, terá prioridade entre as políticas públicas formuladas para a área.

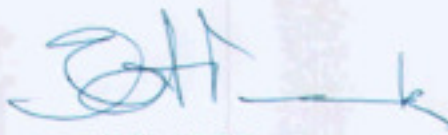
**Art. 8º** Esta Lei será regulamentada por Decreto do Governador do Estado, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua publicação.

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

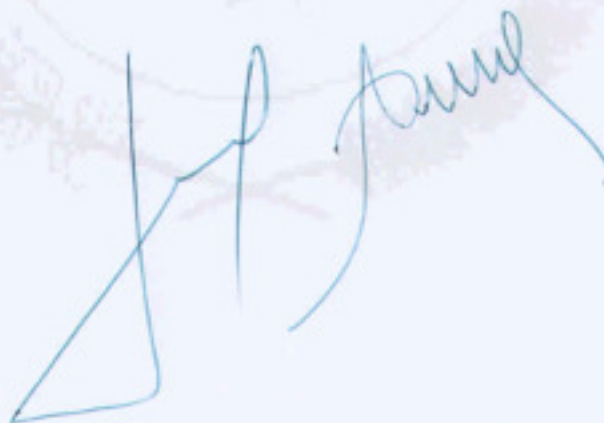
Sala das Comissões, 27 de fevereiro de 2012.



ALEXANDRE CURI  
PRESIDENTE



RELATOR





## **COMISSÃO DE REDAÇÃO**

### **Redação Final ao Projeto de Lei nº 417/11**

Fica instituído no Estado do Paraná o  
"Selo Agricultura Natural".

**Art. 1º** Fica instituído no âmbito do Estado do Paraná o "Selo Agricultura Natural", com o objetivo de informar ao consumidor final que o produto com esse selo foi devidamente produzido através de um sistema orgânico de produção.

**Parágrafo único.** Para fins desta Lei, considera-se sistema orgânico de produção aquele em que se adotem tecnologias que otimizem o uso dos recursos naturais, sociais e econômicos, respeitando a integridade cultural e tendo por objetivo a oferta de produtos saudáveis e de elevado valor nutricional, isentos de qualquer tipo de contaminação que ponha em risco a saúde do consumidor, do produtor e do meio ambiente, e que promovam a autossustentação no tempo e no espaço, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energias não renováveis e a eliminação do emprego de agrotóxicos, organismos geneticamente modificados, transgênicos ou radiações ionizantes em qualquer fase do processo de produção, armazenamento e consumo.



**Art. 2º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 27 de fevereiro de 2012.



**PRÉSIDENTE**



**RELATOR**





## **COMISSÃO DE REDAÇÃO**

### **Redação Final ao Projeto de Resolução nº 034/11**

Altera o art. 19, da Resolução 003, de 15 de março 2004, que regulamenta a verba de ressarcimento de despesas relacionadas ao exercício da atividade parlamentar.

**Art. 1º** Fica alterado o art. 19, da Resolução 003, de 15 de março de 2004, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 19 O requerimento de ressarcimento das despesas ocorridas no mês de dezembro deverá, na forma do art. 5º desta Resolução, ser apresentado até o 5º (quinto) dia da Sessão Legislativa subsequente."

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 27 de fevereiro de 2012.



**ALEXANDRE CURI**  
PRESIDENTE



**RELATOR**





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury

D. L.

Fls. 02

PROJETO DE LEI Nº 582/11

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO D.L.

Em, 13 JUL. 2011

1º Secretário

**Súmula:** Institui semana destinada a instrução dos alunos do Ensino Fundamental e Médio para combate à pedofilia na internet.

**Art. 1º** Fica instituída semana destinada à instrução aos alunos do Ensino Fundamental e Ensino Médio, sobre os cuidados e precauções que devem ser tomadas para combater a pedofilia na internet.

**Art. 2º** A Secretaria da Educação poderá trabalhar em conjunto com Secretaria de Estado da Segurança Pública, bem como a outros órgãos, que possam prestar o auxílio necessário em termos de informações sobre o tema.

**Art. 3º** A semana, disposta no artigo 1º será realizada, nos horários que não coincidam com as atividades curriculares normais.

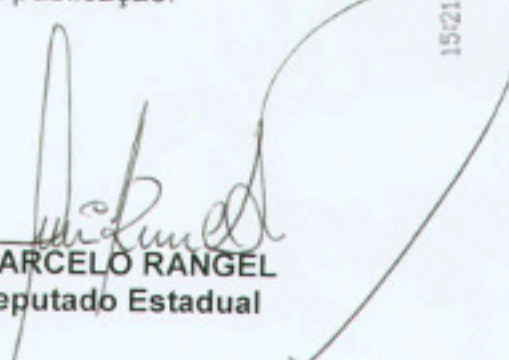
I - Caberá a direção dos estabelecimentos de ensino, convidar os pais ou responsáveis pelos alunos, a participar da semana de prevenção e pedofilia na internet.

II - A critério do estabelecimento de ensino, poderão ser oferecidas alternativamente aulas e palestras aos sábados.

**Art. 5º** O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados a partir da publicação desta Lei.

**Art. 6º** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

  
MARCELO RANGEL  
Deputado Estadual



## JUSTIFICATIVA



O presente Projeto de Lei visa instituir semana destinada a instrução e prevenção aos alunos do ensino fundamental e ensino médio, sobre os cuidados e precauções contra a pedofilia na internet e dá outras providências.

A presente medida tende a direcionar eficaz instrução às crianças alertando, também, aos pais sobre a pedofilia na internet, para prevenir os alunos, através do conhecimento, sobre as armadilhas que lhes podem ser criadas por pessoas mal intencionadas nesse meio.

Observa-se que os casos de pedofilia crescem demasiadamente por todo o mundo, inclusive em nosso país, sendo que a globalização, e o elevado alcance da internet, são ferramentas utilizadas por criminosos fazendo com que diariamente a mídia demonstre relatos de vítimas e testemunhas deste tipo de crime.

Órgãos internacionais de segurança estão bastante avançados em relação a esse tema e em muitos Países medidas como esta já foram colocadas em prática, resultando em progressos enfáticos. A criança instruída sobre os perigos da internet corre risco muito menor quando comparada àquela que não possui nenhum tipo de instrução para enfrentar e proteger-se deste problema.

Cabe salientar, ainda, os pareceres favoráveis do Sr. Dr. Demetrius Gonzaga de Oliveira, Delegado Titular do Núcleo de Combate ao Ciber Crimes – NUCIBER e da Sra. Dra. Maricy Mortagua Santineli, Delegada de Polícia, representante do Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes – NUCRIA (ambos com cópia em anexo), que não só opinam pela aprovação do presente Projeto, mas, também, parabenizam a iniciativa e propõem auxílio na realização de palestras nos eventos decorrentes da Proposta.

Sendo assim contamos com o apoio dos nobres Pares para aprovação da presente propositura.





# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

**Projeto de Lei nº 582/2011**

**Autor: Deputado MARCELO RANGEL**

### PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Marcelo Rangel, tem por objetivo instituir Semana destinada à instrução dos alunos do Ensino Fundamental e Médio para o combate à Pedofilia na Internet.

Conforme justificativa apresentada pelo nobre proponente, esta medida se propõe a direcionar eficaz instruções às crianças e jovens, alertando também os pais, sobre a pedofilia na internet, que vem crescendo de forma assustadora.

Cumpre à Comissão de Constituição e Justiça, em obediência ao disposto no Regimento Interno da Assembléia Legislativa, verificar, primeiramente, a constitucionalidade, legalidade, legitimidade e técnica legislativa ora apresentadas.



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



A Constituição da República Federativa do Brasil dispõe que compete concorrentemente à União, aos Estados e aos Municípios, legislar sobre cultura, sendo, ainda, de incumbência do Estado garantir o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos.(arts. 24-caput e 215-caput da CF).

Esse entendimento é corroborado pela Constituição Estadual, em seu artigo 90, caput, no sentido de que a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais.

Além disso, a Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 65, atribui a qualquer membro ou Comissão da Assembléia Legislativa, a iniciativa de leis ordinárias, em conformidade com o caso em exame, o que também reza o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Considerando-se que a matéria em análise não se enquadra no rol de competência privativa, atribuída ao Chefe do poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa, estando o projeto em consonância com os ditames constitucionais.

Finalmente, quanto à elaboração legislativa, o projeto não se apresenta de acordo com a Lei Complementar nº 95/98, que dispõe:

**“Art. 10. Os textos legais serão articulados com observância dos seguintes princípios:**

**I – a unidade básica de articulação será o artigo, indicado pela abreviatura “Art.”, seguida de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste;”**

Note-se que no projeto de lei nº 582/11, a numeração dos artigos está em desacordo com a legislação supra mencionada, porque do “art. 3º” passa diretamente para o “art. 5º”, necessitando, assim, de Emenda Corretiva.





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

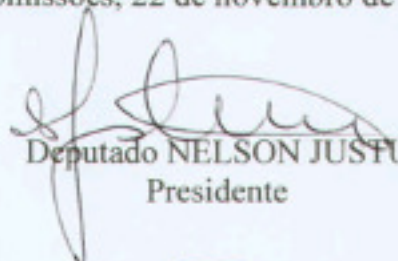
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

17

Diante do exposto, esta Comissão manifesta-se pela  
APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, nos termos da Emenda  
Corretiva anexa.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2011.

  
Deputado NELSON JUSTUS  
Presidente

  
Deputado CAÍTO QUINTANA  
Relator





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.  
Fls. 18  
1

## EMENDA CORRETIVA E MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 582/2011

De acordo com o que determina o artigo 137, §§ 4º e 7º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, ficam reenumerados os artigos 5º e 6º para 4º e 5º, respectivamente, do Projeto de Lei nº 582/2011, passando a contar com a seguinte redação:

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 120(cento e vinte) dias contados a partir da publicação desta Lei.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2011.

Deputado NELSON JUSTUS

Presidente

Deputado CAITO QUINTANA

Relator

Handwritten signatures in blue ink, including several large, stylized signatures and a signature that appears to be "Caio Quintana".





### PARECER AO PROJETO DE LEI nº 582/2011

**Súmula:** Institui semana destinada a instrução dos alunos do Ensino Fundamental e Médio para combate à pedofilia na internet.

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Marcelo Rangel visa instituir a semana destinada a instrução dos alunos do ensino fundamental e médio para combate à pedofilia na internet, tendo como objetivo instruir as crianças, jovens e pais sob o referido tema.

Ressalta-se que a Constituição Federal artigo 205, preconiza que a educação é responsabilidade também do Estado, senão vejamos:

*"Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho."*

Na qualidade de relator, designado para analisar a matéria, cumpre-nos ressaltar a importância do tema abordado neste projeto de lei.

É certo que a internet revolucionou os meios de comunicação trazendo grandes benefícios à sociedade, mas junto vieram também muitos males, tais como a pedofilia, pois muitos jovens são atraídos por pessoas com distúrbios sexuais e não percebem pela falta de orientação e conhecimento deste tipo de conduta.

A legislação brasileira preconiza a proteção da criança e do adolescente como prioridade absoluta e responsabilidade do Estado e da sociedade. A pedofilia, especialmente



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão de Educação



aquela oriunda da internet, representa uma ameaça crescente que fere a essência da lei e traz sérios transtornos psíquicos às suas vítimas.

Dessa forma, entende-se como meritória a presente proposta do nobre Deputado Marcelo Rangel, razão pela qual opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões em, 12 de dezembro de 2011.

**EVANDRO JUNIOR**

Presidente da Comissão

**PR. EDSON PRACZYK**

Relator





# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



## COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO

**Projeto de Lei nº 581/2011**

**Autoria: Deputado MARCELO RANGEL**

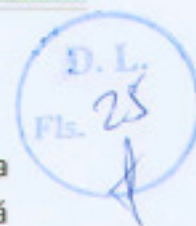
O Projeto de Lei nº 581/2011, de autoria o nobre Deputado Marcelo Rangel, tem como objetivo instituir semana destinada à instrução dos alunos do Ensino Fundamental e Médio para o combate à pedofilia na Internet.

O mencionado projeto já obteve parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, com Emenda Corretiva, onde este Parlamentar atuou como Relator.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Sendo assim, entendemos não haver qualquer óbice à sua normal tramitação, até porque, aprovado, o Projeto em análise virá auxiliar na prevenção dos crimes de pedofilia pela internet, que hoje em dia vem se alastrando de forma assustadora, razão pela qual nosso parecer é pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, 15 de dezembro de 2011.

  
**Deputada ROSE LITRO**

Presidente

  
**Deputado CAIO QUINTANA**

Relator

  
NÍVEA LINA  
  
CAIO QUINTANA  
  
NÍVEA

  
CAIO QUINTANA





COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 582/2011

O Projeto de Lei n.º 582/2011, de autoria do Deputado Estadual Marcelo Rangel tem por objetivo instituir Semana destinada a Instrução dos Alunos do Ensino Fundamental e Médio, para Combate à Pedofilia na Internet.

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, emenda corretiva e parecer favorável de outras comissões, encaminhou-se a esta o presente para análise e parecer, o qual apresenta nos termos do artigo 42, parágrafo único do Regimento Interno.

**ANÁLISE DO MÉRITO**

O projeto em questão visa direcionar eficaz instrução às crianças, alertando também aos pais e responsáveis sobre a pedofilia na internet, para prevenir os alunos, através do conhecimento, sobre as armadilhas que lhes podem ser criadas por pessoas mal intencionadas.

Os casos de pedofilia crescem desordenadamente e o elevado alcance e a facilidade de se esconder atrás da tela na internet resulta numa das melhores ferramentas para estes criminosos. Assim, é importante alertar os pais e as crianças para que possam ser prevenidos e não ser necessário remediar no futuro.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

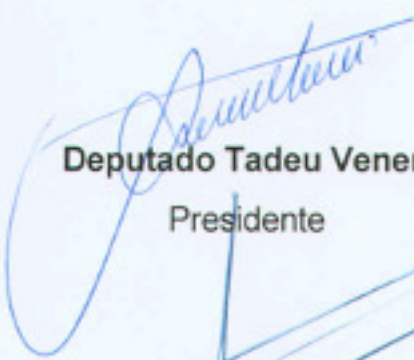


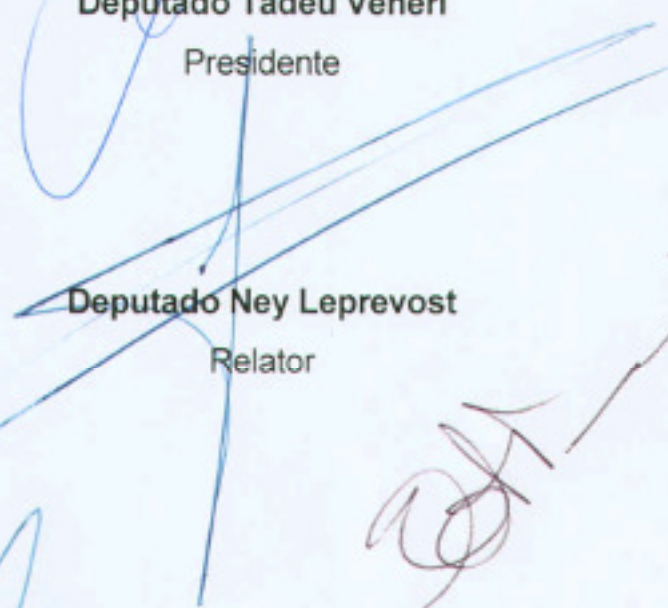
**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA**

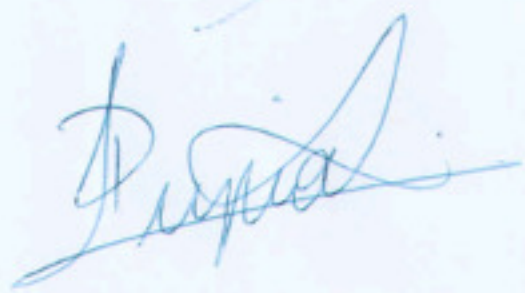
**CONCLUSÃO**

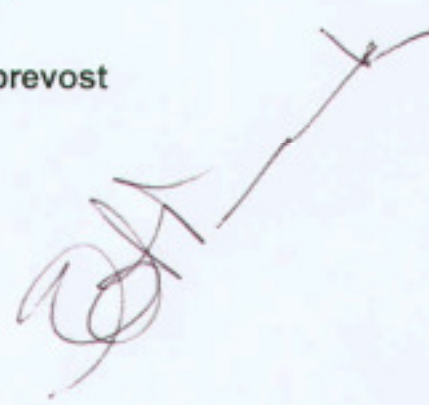
Diante do exposto, chamada esta relatoria a se manifestar, o parecer é pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 13 de fevereiro de 2012.

  
**Deputado Tadeu Veneri**  
Presidente

  
**Deputado Ney Leprevost**  
Relator









Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA

D. L.  
Fls. 02

### ~~PROJETO~~ PROJETO DE LEI Nº 008/12

**EMENTA:** Transfere o Município de Manfrinópolis da Comarca de Barracão, de entrância inicial, para a Comarca de Francisco Beltrão, de entrância intermediária, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, e adota outras providências

**Art. 1º** Fica o Município de Manfrinópolis transferido da Comarca de Barracão, de entrância inicial, para a Comarca de Francisco Beltrão, de entrância intermediária, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

**Art. 2º** Fica alterado o art. 288 da Lei Estadual nº 14.277/2003, que passa a vigorar acrescido do inciso X, com a seguinte redação:

*"Art. 288. Ficam transferidos os seguintes Distritos Judiciários:*

*(...)*

*X - Manfrinópolis - da Comarca de Barracão para a Comarca de Francisco Beltrão."*

**Art. 3º** Ficam alterados os Anexos III, Tabela 2, e IV da Lei referida no artigo 1º.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

X

6

0

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ  
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003  
COMPOSIÇÃO DAS COMARCAS E SEUS DISTRITOS JUDICIÁRIOS - DEMAIS COMARCAS - ANEXO III - TABELA 2

Nº	COMARCA	Nº	Sede / Serviço Distrital Município	Nº	Serviço Distrital Não Município
15	Barracão		Barracão		
			Salgado Filho		
			Bom Jesus do Sul		
...					
48	Francisco Beltrão		Francisco Beltrão		
			Enéas Marques	74	Pinhalzinho (*)
			Manfrinópolis		
...					

KK



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ**  
**CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003**  
**COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA ANEXO - IV**

	BARRAÇÃO - Comarca de Entrância Inicial
	FORO JUDICIAL
	Juízo Único
	Juizado Especial Cível e Criminal
	Ofício do Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público
	FORO EXTRAJUDICIAL
	Tabionato de notas, acumulando, precariamente, o Tabionato de protesto de títulos
	Serviço de registro de imóveis
	Serviço de registro civil das pessoas naturais, acumulando, precariamente, o Serviço de registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas
	SERVIÇO DISTRICTAL
	Serviço distrital de Sangado Fino
	Serviço distrital de Bom Jesus do Sul
	...
	FRANCISCO BELTRÃO - Comarca de Entrância Intermediária
	FORO JUDICIAL
	1ª Vara Cível
	2ª Vara Cível
	Vara Criminal
	Vara de Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Comarca do Foro Extrajudicial
	Vara de Execuções Penais e Comarca dos Prealúdos
(2)	Juizado Especial Cível e Criminal
	Ofício do Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público
	FORO EXTRAJUDICIAL
	1ª Tabelionato de notas
	2ª Tabelionato de notas
	Tabionato de protesto de títulos
	1ª Serviço de registro de imóveis
	2ª Serviço de registro de imóveis
	Serviço de registro civil das pessoas naturais, acumulando, precariamente, o Serviço de registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas
	SERVIÇO DISTRICTAL
(1)	Serviço distrital de Entre Marques
	Serviço distrital de Pinhalzinho
	Serviço distrital de Maringópolis
	...
	(1) = SERVENTIA PARA EXTINGUIR NA VACÂNCIA
	(2) = JUZADO ESPECIAL CÍVEL E / OU CRIMINAL COM UNIDADE ADMINISTRATIVA PRÓPRIA E UM CARGO DE JUZ.
	...



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



### JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei originado pelo protocolo sob nº 307.446/2009-PJPR, tem por finalidade transferir o Município de Manfrinópolis da Comarca de Barracão (48ª Seção Judiciária), de entrância inicial, para a Comarca de Francisco Beltrão (28ª Seção Judiciária), de entrância intermediária, visando a melhor distribuição da estrutura organizacional do Poder Judiciário no Estado do Paraná, de forma a melhor atender a região ora contemplada.

Com a alteração proposta, pretende-se a reestruturação das comarcas de Barracão e Francisco Beltrão, pois desde a criação da Comarca de Marmeleiro pela Lei Estadual nº 16.797/2011, houve significativa redução de processos em andamento e de ações novas perante a Comarca de Francisco Beltrão.

Com a criação da Comarca de Marmeleiro, a Comarca de Francisco Beltrão deixou de ter sob sua jurisdição uma população de aproximadamente 20.000 habitantes.

Por isso, sendo a Comarca de Barracão, de entrância inicial, composta por Juízo Único e Juizado Especial, justifica-se a transferência do Município de Manfrinópolis para a Comarca de Francisco Beltrão, de entrância intermediária, composta por duas Varas Cíveis, uma Vara Criminal, uma Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial, uma Vara das Execuções Penais e um Juizado Especial Cível e Criminal.

Ademais, flagrante a facilitação de acesso aos jurisdicionados do Município de Manfrinópolis, posto que mais próximo de Francisco Beltrão quando comparada a distância que possui em relação ao Município de Barracão.





Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



A transferência do Município de Manfrinópolis da Comarca de Barracão, de entrância inicial, para a Comarca de Francisco Beltrão, de entrância intermediária foi objeto de aprovação pela douta Comissão de Organização e Divisão Judiciárias no dia 07 de novembro de 2011, e pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em Sessão realizada em 16 de dezembro de 2011.

Outrossim, os Anexos alterados pela proposta do Anteprojeto de Lei, deverão ser publicados juntamente com o texto final, vez que é parte integrante da mesma.

Em razão da aludida transferência não implicar em aumento de despesas, deixamos de apresentar a Declaração do Ordenador da Despesa.



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA

D.L.  
Fls. 07

Curitiba, 02 de fevereiro de 2012.  
Of. nº 133/2012-GP

I - À DAP para leitura no expediente  
II - A DL para providências.  
Em 02/02/2012

Presidente

A sua Excelência o Senhor  
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Nesta Capital

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.

Em, 02 FEV. 2012

1º Secretário

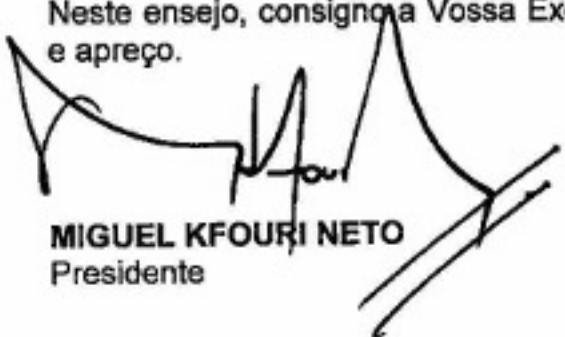
Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que propõe a transferência do Município de Manfrinópolis da Comarca de Barracão, de entrância inicial, para a Comarca de Francisco Beltrão, de entrância intermediária, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Deixamos de apresentar a declaração de adequação orçamentária em razão da alteração acima referida não implicar em aumento de despesas.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

  
**MIGUEL KFOURI NETO**  
Presidente





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 008/12

**AUTOR: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**

**Súmula:** Transfere o Município de Manfrinópolis da Comarca de Barracão, de entrância inicial, para a Comarca de Francisco Beltrão, de entrância intermediária, alterando a Lei Estadual n.º. 14.277, de 30 de Dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, e adota outras providências.

**EMENTA:** TRANSFERE O MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS DA COMARCA DE BARRACÃO, DE ENTRÂNCIA INICIAL, PARA A COMARCA DE FRANCISCO BELTRÃO, DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 101/00. CONSTITUCIONAL. APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça tem por finalidade transferir o Município de Manfrinópolis da Comarca de Barracão, de entrância inicial, para a Comarca de Francisco Beltrão, de entrância intermediária, visando à melhoria da distribuição da estrutura organizacional do Poder Judiciário no Estado do Paraná e melhoria do atendimento da população do Município.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa utilizada.

A competência para propor criação de novas varas judiciárias é exclusiva dos Tribunais, conforme preceitua o artigo 96, inciso I, alíneas "a" e "d" da nossa Carta Magna, senão vejamos:

**Art. 96. Compete privativamente:**  
**I - aos tribunais:**

a) eleger seus órgãos diretivos e elaborar seus regimentos internos, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos;

d) propor a criação de novas varas judiciárias;

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).**

Também, a Constituição Estadual estabelece a prerrogativa do Tribunal de Justiça para encaminhamento para a Assembleia Legislativa do Paraná, da alteração da organização e da divisão judiciária, bem como a criação e extinção de Comarcas, Varas ou Distritos Judiciários, sendo o objeto do projeto de lei em tela, consoante artigo 101, I, "d" e "e":

**Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:**  
**I - propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:**  
**d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;**  
**e) a criação e extinção de comarcas, varas ou distritos judiciários;**

No que se refere ao impacto financeiro, em razão de se caracterizar apenas da transferência do Município de Manfrinópolis da Comarca de Barracão para a Comarca de Francisco Beltrão não acarretará em aumento de despesas, segundo justificativa do próprio autor.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

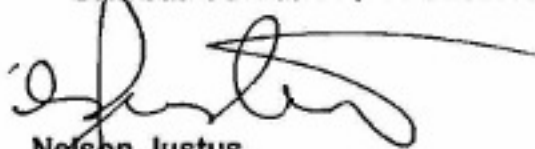



Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

**CONCLUSÃO**

Pelo exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e por estarem presentes todos os requisitos legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 28 de fevereiro de 2012.

  
Nelson Justus  
Presidente

  
Hermas Junior  
Relator







ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 008/12**

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 133/2012-GP, que objetiva transferir o Município de Manfrinópolis da Comarca de Barracão, de entrância inicial, para a Comarca de Francisco Beltrão, de entrância intermediária, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2006 – Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, e adota outras providências.

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Hermas Junior e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

No que compete a vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a matéria encontra-se devidamente justificada.

De igual modo, deve-se salientar que a presente proposta, conforme justificativa do próprio autor, não trará nenhum aumento de despesa, uma vez que apenas e tão somente fará a transferência do Município de Manfrinópolis da Comarca de Barracão para a Comarca de Francisco Beltrão.

Isto posto, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 29/02/12

DEPUTADO ADEMIR BIER  
PRESIDENTE

DEPUTADO ENIO VERRI  
RELATOR



## PROPOSIÇÃO - VETO Nº 001/12

Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente

II - A DL para providências.

Em, 23/01/2012

Presidente

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 254/2011-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, **vetei o Projeto de Lei nº 342/2011**, por considerá-lo inconstitucional, pelos motivos a seguir expostos.

O Projeto de Lei nº 342/11, de iniciativa parlamentar, tem por escopo dispor sobre a obrigatoriedade de instalação de sistema de aquecimento de água por energia solar e aproveitamento de águas de chuva na construção de prédios públicos, bem como sobre a utilização de telhados ambientalmente corretos.

Em que pese a nobre intenção da parlamentar estadual, a Constituição do Estado, em seu art. 66, elenca os casos em que o processo legiferante é deflagrado pelo Chefe do Poder Executivo. Vejamos:

**Art. 66.** Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

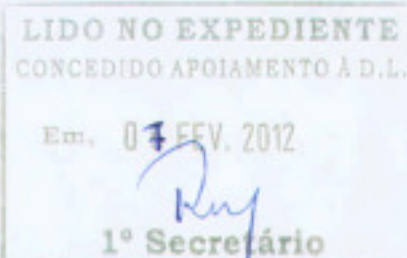
I - criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva;

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;

**IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.** (Grifo nosso)

Excelentíssimo Senhor  
Deputado **VALDIR ROSSONI**  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
Prot.nº 11.041.526-5







Assim, da simples leitura do art. 66, II da Constituição Estadual, torna-se clarividente que a competência para legislar acerca das atribuições das Secretarias de Estado, qual seja, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SEIL, responsável pelas construções dos prédios da Administração Pública, é de competência privativa do Governador do Estado. Não pode o legislador estadual dispor sobre os materiais e sistemas a serem instaladas e usados nas construções de Prédios Públicos, sob pena de violação do princípio basilar de nosso ordenamento jurídico, qual seja, da Separação dos Poderes, imortalizado por Montesquieu em sua obra “O Espírito das Leis” e transcrito no art. 2º de nossa Carta Magna, a saber:

**Art. 2º** São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Desta forma, hodiernamente, podemos afirmar que a doutrina da separação dos poderes traduz-se em fórmula de organização da estrutura política do Estado, mediante a qual as funções de governo são atribuídas a órgãos autônomos, porém de modo não exclusivo, de sorte que é assegurado um mútuo controle e um funcionamento harmonioso, tendente à realização da vontade geral, sempre respeitada a autonomia de cada um dos Poderes.

Ainda, ao cometer essa ingerência sobre o Poder Executivo, o membro da Assembleia Legislativa incorre no vício de iniciativa, ou seja, na inconstitucionalidade formal subjetiva.

Inconstitucionalidade Formal Subjetiva diz respeito à fase introdutória do processo legislativo, em que é desencadeado, por meio da iniciativa, o procedimento de elaboração das espécies normativas. Qualquer espécie normativa elaborada a partir de iniciativa viciada, isto é, a partir de projeto de lei apresentado por quem não tenha competência, padecerá de inconstitucionalidade formal.

Assim, a presente proposta de lei incorre na inconstitucionalidade, pois não cabe a membro desta Casa de Leis tal propositura que, como suso citado, é de competência do Poder Executivo.

Nesta mesma esteira, a posição do Supremo Tribunal Federal:

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MEDIDA CAUTELAR. ORGANIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. COMPETÊNCIA DO CHEFE DO EXECUTIVO. VÍCIO DE INICIATIVA. 1. **Compete privativamente ao Governador do Estado, pelo princípio da simetria, a direção superior da administração estadual, bem como a iniciativa para propor projetos de lei que visem criação, estruturação e atribuições de Secretarias e órgãos da administração pública (CF, artigos 84, II e IV e 61, § 1º, II, e).** 2. Hipótese em que o projeto de iniciativa parlamentar, transformado em lei, apresenta vício





insanável caracterizado pela invasão de competência reservada ao Poder Executivo pela Constituição Federal. Medida cautelar deferida. (ADI 2646 MC / SP - SÃO PAULO MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Relator(a): Min. MAURÍCIO CORRÊA Julgamento: 01/07/2002, Órgão Julgador: Tribunal Pleno ). (Grifo nosso)

Saliente-se que a sanção do Chefe do Poder Executivo eventualmente aposta à proposição não sana o vício. Corrobora deste entendimento o Supremo Tribunal Federal:

"A sanção do projeto de lei não convalida o vício de inconstitucionalidade resultante da usurpação do poder de iniciativa. A ulterior aquiescência do chefe do Poder Executivo, mediante sanção do projeto de lei, ainda quando dele seja a prerrogativa usurpada, não tem o condão de sanar o vício radical da inconstitucionalidade. Insubsistência da Súmula 5/STF. Doutrina. Precedentes." (ADI 2.867, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 3-12-2003, Plenário, DJ de 9-2-2007.)

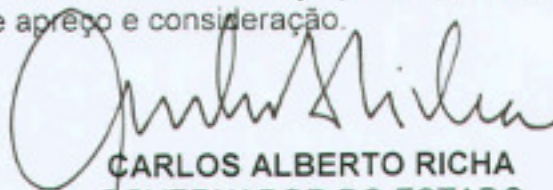
Ademais, na informação nº. 027/2011 – CEN, a extinta Secretaria de Estado de Obras Públicas – SEOB informou que, *"embora ainda não obrigatória através de Lei ou normativa, já são adotados nos projetos de edificações públicas (novas ou reformas) coordenados pela CEN/SEOP, sistemas de aquecimento de água por energia solar e aproveitamento de águas pluviais de cobertura para fins não potáveis, quando apontam vantagens na relação custo/benefício, e quando tecnicamente viáveis na implantação, quando comparado aos sistemas tradicionais."*

Ainda, também através da informação suso citada, a SEOB constatou que *"haverá situações em que não será viável tecnicamente a utilização de sistemas de uso de coletores solares e de aproveitamento de águas pluviais, sendo que deverá ser levado em conta também a questão da manutenção posterior dos equipamentos instalados, considerando a dificuldade do Estado em dispor de mão de obra qualificada para tal atividade"*.

Assim, diante do sobejamente demonstrado, tem-se que a proposição em comento é inconstitucional.

São esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, anexo, restituo a essa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHA  
GOVERNADOR DO ESTADO





## **Projeto de Lei nº 342/11**

**(Autoria dos Deputados Luiz Accorsi e Rasca Rodrigues)**

Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sistema de aquecimento de água por energia solar e aproveitamento de águas de chuva na construção de prédios públicos, bem como sobre a utilização de telhados ambientalmente corretos.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

**Art. 1º** É obrigatória, quando da construção de prédios públicos por parte da Administração Pública do Estado do Paraná, a instalação de sistema de aquecimento de água por energia solar e aproveitamento de águas de chuva a serem consumidas nas edificações, bem como a utilização de telhados ambientalmente corretos.

**Parágrafo único.** Entendem-se como telhados ambientalmente corretos os que colaborarem para evitar o aquecimento global, ou seja, telhados verdes com grama ou jardim plantado, os que utilizam telhas metálicas claras, os que são pintados com tinta branca ou os que forem pintados com tinta não branca com pigmentações especiais.

**Art. 2º** Os materiais e instalações utilizados na implantação do sistema de aquecimento de água deverão respeitar a Normas Brasileiras (NBR's) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e ter sua eficiência comprovada por órgão técnico credenciado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO.

**Art. 3º** Todo edital de licitação de obras de construção de prédio público mencionará, expressamente, a obrigatoriedade de instalação de sistema de aquecimento de água por energia solar e aproveitamento de águas de chuvas, bem como a obrigatoriedade da utilização de telhados ambientalmente corretos.

**Art. 4º** As disposições desta Lei não se aplicam quando, por meio de estudo por profissional habilitado, ficar comprovada a inviabilidade técnica de instalação do sistema.

**Art. 5º** O Poder Executivo regulamentará a presente Lei.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls.

06

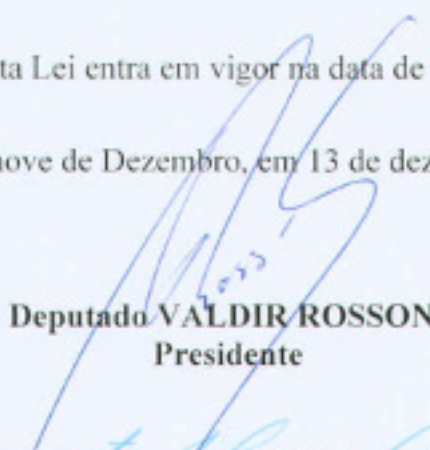
3


Projeto de Lei nº 342/11

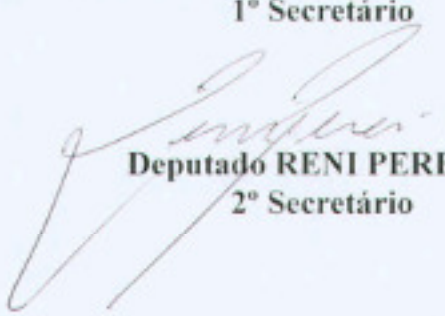
fls.2.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 13 de dezembro de 2011.

  
**Deputado VALDIR ROSSONI**  
Presidente

  
**Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO**  
1º Secretário

  
**Deputado RENI PEREIRA**  
2º Secretário

RCP/GCS/TSC/SMM





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 001/12**

**PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 001/12**

**AUTOR: PODER EXECUTIVO – OFÍCIO Nº 221/2012**

**SÚMULA:** Veta o Projeto de Lei nº 342/11, de autoria dos Deputados: Luiz Accorsi e Rasca Rodrigues, que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sistema de aquecimento de água por energia solar e aproveitamento de águas de chuva na construção ou reforma de prédios públicos.

**EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O projeto de lei nº 342/11, de autoria dos Deputados Estaduais Luiz Accorsi e Rasca Rodrigues, que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sistema de aquecimento de água por energia solar e aproveitamento de águas de chuva na construção ou reforma de prédios públicos, tendo sido vetado pelo Senhor Governador do Estado por considerá-lo inconstitucional.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



## FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 342/11 foi enviado à sanção e recebido na data de 15 de dezembro de 2011, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 001/12, foi exarada e encaminhada junto à



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



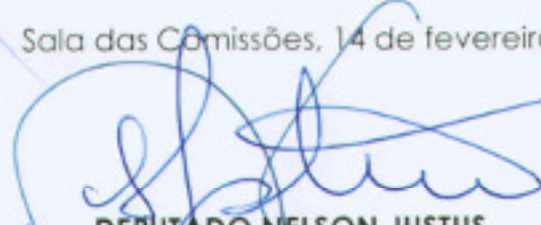
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná na data de **04 de janeiro de 2012**, sendo desta maneira tempestiva.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi aposto tempestivamente, respeitando o prazo legal.

**CONCLUSÃO**

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 14 de fevereiro de 2012.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA**  
**RELATOR**





PROPOSIÇÃO VETO 002/12

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente  
 II – A D L para providências.

Em 23/01/2012

Presidente

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 255/2011-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, **vetei o Projeto de Lei nº 376/2011**, por considerá-lo contrário ao interesse público, pelos motivos a seguir expostos.

O Projeto de Lei nº 376/11, de iniciativa parlamentar, tem por escopo obrigar a adoção de medidas de segurança que evitem a troca de sangue em casos de transfusão nas dependências de hospitais públicos ou privados, casas de saúde e maternidade, no âmbito do Estado do Paraná.

Inicialmente, oportuno salientar que o projeto de Lei em comento baseia-se na RDC 153/2004/ANVISA, que foi revogada a partir da publicação da RDC 57/2010/ANVISA – que determina o regulamento sanitário dos serviços que desenvolvem atividades relacionadas ao ciclo produtivo do sangue humano e componentes e procedimentos transfusionais, e da Portaria nº. 1.353/2011/MS – que aprova o regulamento técnico de procedimentos homoterápicos que tem o objetivo de regular a atividade hemoterápica no País, de acordo com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Sangue, Componentes, e hemoderivados, no que se refere à captação, proteção ao doador e ao receptor, coleta, processamento, estocagem, distribuição e transfusão do sangue, de seus componentes e derivados, originados do sangue humano venoso e arterial, para diagnóstico, prevenção e tratamento de doenças.

Ainda, através de Parecer Técnico nº 176, de 30 de agosto de 2011, exarado pela Divisão de Vigilância Sanitária de Serviços – DVVS, da Secretaria de Estado de Saúde, a legislação vigente contempla os regulamentos que devem ser cumpridos pelos serviços de hemoterapia, referente aos procedimentos, à responsabilidade técnica, capacitação continuada dos profissionais envolvidos no ciclo do sangue, e demais normas pertinentes a serem seguidas.

Excelentíssimo Senhor  
 Deputado **VALDIR ROSSONI**  
 Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
 N/CAPITAL  
 AJB/Prot.nº 11.353.600-4

LIDO NO EXPEDIENTE  
 CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 07.55V. 2012

1º Secretário





ESTADO DO PARANÁ

CASA CIVIL



Assim, diante de todo o exposto, entendemos que o Projeto de Lei ora em análise não traz contribuição à legislação vigente.

São esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, anexo, restituo a essa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

  
CARLOS ALBERTO RICHÁ  
GOVERNADOR DO ESTADO



**Projeto de Lei nº 376/11**  
**(Autoria do Deputado Artagão Junior)**

Obriga a adoção de medidas de segurança que evitem a troca de sangue em casos de transfusão nas dependências de hospitais públicos ou privados, casas de saúde e maternidade, no âmbito do Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

**Art. 1º** Ficam os hospitais, casas de saúde e maternidades públicas ou privadas, no âmbito do Estado do Paraná, obrigadas a adotarem as seguintes medidas de segurança, além das já previstas na Resolução RDC nº 153/2004, da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, que evitem a troca do tipo sanguíneo em caso de transfusão.

**Art. 2º** Para consecução dos objetivos do artigo anterior definem-se como medidas de segurança:

I – assinatura de um termo de concordância dos familiares de primeiro grau assentindo com a tipagem sanguínea a ser utilizada para transfusão, o que não exime o médico atendente da responsabilidade, obrigações e cominações previstas na Resolução RDC nº 153/2004, bem como a clínica, o hospital ou qualquer órgão em que o receptor esteja baixado;

II – em caso de negativa dos familiares com relação ao tipo sanguíneo, torna-se obrigatória nova coleta para a realização da contraprova;

III – em casos de extrema urgência e não se conseguindo a comunicação com um dos familiares, o procedimento far-se-á mediante compromisso assinado pelo médico atendente, do responsável pelo laboratório e do banco de sangue, afirmando que o sangue a ser utilizado é compatível com o do paciente nos termos da resolução citada no inciso I.

**Parágrafo único.** Quando existe divergência ou dúvida entre a informação prestada pelo familiar e a constante no exame laboratorial de tipagem sanguínea, prevalecerá o resultado deste último, devidamente assinado pelo profissional responsável pelo exame no laboratório, que assume todas as responsabilidades pelas informações prestadas.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



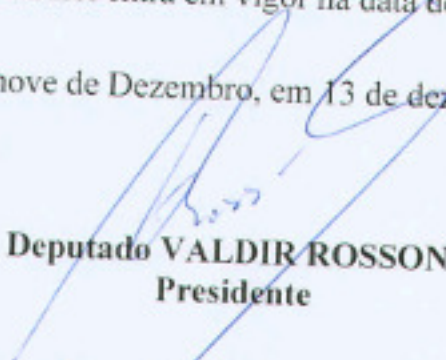
Projeto de Lei nº 376/11

fls.2.

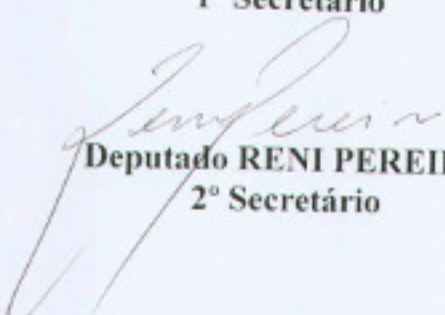
**Art. 3º** As instituições referidas no art. 1º terão o prazo de 90 (noventa) dias para o cumprimento ao disposto na presente Lei.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 13 de dezembro de 2011.

  
**Deputado VALDIR ROSSONI**  
Presidente

  
**Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO**  
1º Secretário

  
**Deputado RENI PEREIRA**  
2º Secretário





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 002/12**

**PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 002/12**

**AUTOR: PODER EXECUTIVO – OFÍCIO Nº 222/2012**

**SÚMULA:** Veta o Projeto de Lei nº 376/11, de autoria do Deputado Artagão Junior, que obriga a adoção de medidas de segurança que evitem a troca de sangue em casos de transfusão nas dependências de hospitais públicos ou privados, casas de saúde e maternidade no âmbito do Estado do Paraná e dá outras providências.

**EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O projeto de lei nº 376/11, de autoria do Deputado Estadual Artagão Junior, que obriga a adoção de medidas de segurança que evitem a troca de sangue em casos de transfusão nas dependências de hospitais públicos ou privados, casas de saúde e maternidade no âmbito do Estado do Paraná e dá outras providências, tendo sido vetado pelo Senhor Governador do Estado por considerá-lo contrário ao interesse público.



## FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 376/11 foi enviado à sanção e recebido na data de 15 de dezembro de 2011, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 002/12, foi exarada e encaminhada junto à





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

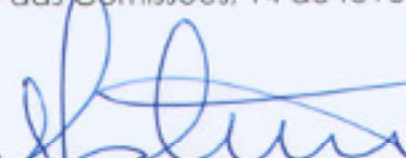
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná na data de **04 de janeiro de 2012**, sendo desta maneira tempestiva.

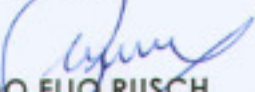
Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi apostado tempestivamente, respeitando o prazo legal.

**CONCLUSÃO**

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 14 de fevereiro de 2012.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO ELIO RUSCH**  
**RELATOR**





OF/CTL/CC nº 223/2012

Curitiba, 09 de janeiro de 2012

PROPOSIÇÃO VETO Nº 003/12

I - À DAP para leitura no expediente  
II - A DL para providências.

Senhor Presidente,

Em 23/01/2012

Presidente

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 280/2011-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, **vetei o Projeto de Lei nº 389/2011**, por considerá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público, pelos motivos a seguir expostos.

O Projeto de Lei nº 389/2011, de iniciativa parlamentar, tem por escopo disciplinar a venda eletrônica de produtos e serviços através de sites de compra coletiva pela internet e estabelecer critérios e funcionamento para essas empresas, no Estado do Paraná.

A edição de normas gerais em matéria de proteção e defesa do consumidor inscreve-se na competência da União (artigo 24, V, § 1º da Constituição Federal).

No exercício dessa competência, foi promulgada a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, que consubstancia regras de observância obrigatória em todo o território nacional. Aos Estados remanesce competência para particularizar tais regras, não podendo ultrapassar os limites fixados como norma geral, sob pena de inconstitucionalidade formal.

No caso da matéria sobre o qual versa o projeto - vendas ocorridas fora do estabelecimento comercial -, o Código de Defesa do Consumidor já traz, em seu conjunto, regras de proteção das quais são exemplos a venda por telefone ou em domicílio (artigos 33 e 49).

Excelentíssimo Senhor  
Deputado **VALDIR ROSSONI**  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL

AJB/Prot.nº 11.353.759-0

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 07 FEV. 2012

1º Secretário





O Supremo Tribunal Federal (ADI nº 3.668 – DF) proclamou que no âmbito da competência constitucional concorrente relativa às relações de consumo, a União traçou as normas gerais a serem aplicadas a todos os entes da Federação na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor- CDC). O Ministro Relator Gilmar Mendes festejou o parecer da Procuradoria-Geral da República:

“Tal lei, na verdade, insere-se em tema referente à proteção do consumidor. (...)”

O diploma impugnado padece, na realidade, de vício formal, em razão da ocorrência de usurpação da competência privativa da União, para fixar normas gerais relativas às relações de consumo (CF / 88, art. 24, V).

Pois bem, no presente caso, não se vislumbram quaisquer ‘particularidades’ ou ‘peculiaridades locais’ que configurassem minúcias que a ‘União jamais poderia regular pela distância em que se encontra da periferia.

Com efeito, não há razão para que somente as agências bancárias situadas no Distrito Federal sejam obrigadas a afixarem, em suas entradas, tabelas relativas à taxa de juros, bem com o percentual dos rendimentos de aplicações financeiras oferecidas ao consumidor.

(...)

Nota-se, portanto, que o legislador distrital inovou acerca de tema sobre o qual não poderia fazê-lo.”

A natureza de norma geral da propositura está evidenciada já no seu artigo 1º, por estabelecer regras sobre o Serviço de Atendimento ao Consumidor – SAC, tema disciplinado pelo Decreto federal nº 6.523, de 31 de julho de 2008.

Nessa perspectiva, a intervenção do legislador estadual na forma pretendida traduz manifesta inconstitucionalidade, apta a infirmar a validade do ato legislativo, por invadir a esfera legiferante do Poder Central, o que configura afronta ao pacto federativo (Constituição Federal, artigos 1º e 18), situação que se mantém mesmo sob a ótica da defesa do consumidor, pois o assunto demanda tratamento uniforme para todo o País.

Registre-se, de outra parte, que a propositura, em seu artigo 2º, usurpa competência privativa da União (artigo 21, I, da CF), ao fixar prescrições sobre localização da hospedagem dos sítios eletrônicos. Sob esse ângulo a iniciativa invade tanto os limites para legislar sobre direito comercial, bem como sobre direito civil, matérias reservadas ao Poder Central.

Paralelamente, nova ofensa à Carta Federal se materializa no artigo 4º, inciso IV, que tangencia a segurança alimentar. Neste sentido, a





existência de vasta regulação sobre rotulagem, mormente pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

Por seu turno, o artigo 7º resvala a competência tributária dos Municípios, ao referir-se a impostos de competência municipal, caracterizando transgressão expressa ao pacto federativo. E, quanto aos tributos de titularidade do Estado, a medida acaba por golpear, novamente, a competência do Poder Central, a quem cabe estabelecer normas gerais em matéria de direito tributário, especialmente sobre definição de obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários, e, quanto aos impostos que a própria Constituição discrimina, sobre os fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes (arts. 146, III, “a” e “b”, e 155, §2º, XII, “d”).

Por derradeiro, ressalte-se que “no caso específico do ICMS, a Constituição Federal, devido o caráter nacional desse tributo sobre o consumo, porquanto abriga em sua base de incidência operações e prestações internas, interestaduais e até internacionais (comércio exterior), delegou à Lei Complementar a competência para disciplinar determinadas matérias (...). Pontuou que cabe à lei complementar definir quem são os contribuintes do ICMS, bem como fixar, para efeitos de incidência do imposto, a definição do estabelecimento responsável, bem como a delimitação do critério espacial da regra de incidência, elegendo o local onde se realizam as operações. E cuidou de elucidar que, tanto no caso da venda realizada via internet, quanto na venda presencial, o local da operação para efeitos de incidência do imposto será aquele do estabelecimento onde se encontra a mercadoria no momento da ocorrência do fato gerador.

Isto posto, são esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, anexo, restituo a essa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
GOVERNADOR DO ESTADO





**Projeto de Lei nº 389/11**  
**(Autoria do Deputado Andre Bueno)**

Disciplina a venda eletrônica de produtos e serviços através de sítios de compra coletiva pela *internet* e estabelece critérios de funcionamento para essas empresas no Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
DECRETA:

**Art. 1º** As empresas que exploram o comércio eletrônico de vendas coletivas através da *internet* deverão manter serviço telefônico de atendimento ao consumidor, gratuito e de acordo com as normas de funcionamento dos chamados *call centers*.

**Art. 2º** A hospedagem dos sítios de venda coletiva eletrônica deverá ser de responsabilidade de empresa com sede ou filial em território nacional, sendo obrigatória a identificação, na primeira tela do sítio, a informação acerca da empresa responsável pela hospedagem da página eletrônica.

**Art. 3º** As informações sobre a localização da sede física do sítio de vendas coletivas deverão aparecer, nos moldes do artigo anterior, na página principal do endereço da empresa na *internet*.

**Art. 4º** As ofertas deverão conter, no mínimo, as seguintes informações, em tamanho não inferior a vinte por cento da letra da chamada, para venda:

- I – quantidade mínima de compradores para liberação da oferta;
- II – prazo para a utilização da oferta por parte do comprador, que deverá ser de, no mínimo, 06 (seis) meses;
- III – endereço, telefone e sítio eletrônico da empresa responsável pela oferta;
- IV – em se tratando de alimentos, deverá constar da oferta informações acerca de eventuais complicações alérgicas e outras complicações que o produto pode causar;



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 389/11

fls.2.



V – a informação acerca da quantidade de clientes que serão atendidos por dia e a forma de agendamento para utilização da oferta por parte dos compradores; e

VI – a quantidade máxima de cupons que poderão ser adquiridos por cliente, bem como os dias da semana e horários em que o cupom da oferta poderá ser utilizado.

**Art. 5º** Caso o número mínimo de participantes para a liberação da oferta não seja atingido, a devolução dos valores pagos deverá ser realizada até em 72 (setenta e duas) horas.

**Art. 6º** As informações sobre ofertas e promoções somente poderão ser enviadas a clientes pré-cadastrados através do sítio, contendo expressa autorização para o recebimento das informações em sua conta de correio eletrônico.

**Art. 7º** Os impostos de competência Estadual e Municipal serão recolhidos na sede das empresas responsáveis pelo fornecimento do produto ou serviço, independentemente da localização da sede do sítio responsável pela sua veiculação.

**Art. 8º** Serão responsáveis pela veracidade das informações publicadas a empresa proprietária do sítio de vendas coletivas e o estabelecimento ofertante, respondendo solidariamente por eventuais danos causados ao consumidor.

**Art. 9º** Aplica-se ao comércio coletivo eletrônico, no que couber, o disposto no Código de Defesa do Consumidor.

**Art. 10.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 15 de dezembro de 2011.

**Deputado VALDIR ROSSONI**  
Presidente

**Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO**  
1º Secretário

**Deputado RENI PEREIRA**  
2º Secretário





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 003/12**

**PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 003/12**

**AUTOR: PODER EXECUTIVO – OFÍCIO Nº 223/2012**

**SÚMULA:** Veta o Projeto de Lei nº 389/11, de autoria do Deputado André Bueno que disciplina a venda eletrônica de produtos e serviços através de sítios de compra coletiva pela internet e estabelece critérios de funcionamento para essas empresas no Estado do Paraná e dá outras providências.

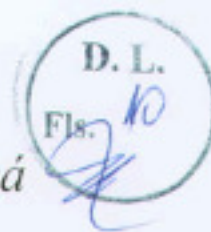
**EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O projeto de lei nº 389/11, de autoria do Deputado Estadual André Bueno, que disciplina a venda eletrônica de produtos e serviços através de sítios de compra coletiva pela internet e estabelece critérios de funcionamento para essas empresas no Estado do Paraná e dá outras providências, tendo sido vetado pelo Senhor Governador do Estado por considerá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



## FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

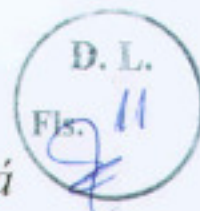
§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 389/11 foi enviado à sanção e recebido na data de 20 de dezembro de 2011, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 003/12, foi exarada e encaminhada junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná na data de 09 de janeiro de 2012, sendo desta maneira tempestiva.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

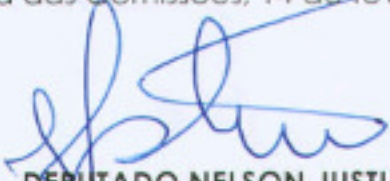


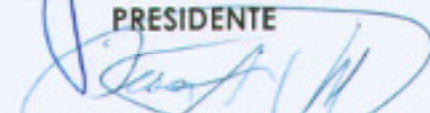
Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi aposto tempestivamente, respeitando o prazo legal.

**CONCLUSÃO**

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 14 de fevereiro de 2012.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO CESAR SILVESTRI FILHO**  
**RELATOR**